

SELEÇÃO PÚBLICA

Estágio remunerado - Direito

INFORMAÇÕES CADASTRAIS

NOME DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

Leia com atenção as instruções

1. Ao receber o caderno de provas, preencha o espaço reservado para a identificação do(a) candidato(a);
2. Verifique se este caderno contém 10 questões objetivas, numeradas de 1 a 10. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores;
3. É vedada a utilização de qualquer aparelho eletrônico durante a realização da prova. O(A) candidato(a) que estiver portando equipamento eletrônico deverá desligá-lo antes do início da prova;
4. Para cada questão existe apenas UMA resposta certa;
5. Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões objetivas e escolher a resposta certa. Depois, verifique no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D) da resposta que você escolheu e marque essa letra na FOLHA RESPOSTA, conforme o exemplo: **(A) (B) (C) (D)**;
6. Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul;
7. Será considerada como não pontuada a questão em que a resposta não corresponder ao gabarito oficial, estiver com mais de uma alternativa assinalada, estiver totalmente em branco, rasurada, ou preenchida fora do campo reservado às respostas;
8. A duração da prova é de 1h (uma hora), para responder a todas as questões;
9. Durante a prova é vedado ao(à) candidato(a) pedir esclarecimento sobre o conteúdo dos enunciados das questões. Não será permitida qualquer consulta;
10. Não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem a autorização do fiscal de sala. Caso o(a) candidato(a) deseje ir ao banheiro, deverá informar à equipe de supervisão da fiscalização da prova, para as providências necessárias;
11. O(a) candidato(a) poderá entregar o cartão resposta e deixar a sala apenas 20m(vinte minutos) depois do início da realização da prova. Após a conclusão da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido. CASO DESEJE ANOTAR O GABARITO ASSINALADO, SÓ PODERÁ FAZÊ-LO MEDIANTE FOLHA DE RASCUNHO A SER ENTREGUE PELO PRÓPRIO FISCAL E SAIR DA SALA APÓS DECORRIDO 30M DO INÍCIO DA PROVA;
12. O caderno de prova poderá ser levado pelo(a) candidato(a) desde que esteja faltando 20m (vinte minutos) para o período de conclusão da prova e que seja previamente autorizado pelo fiscal;
13. A desobediência a qualquer uma das recomendações acima, implicará a eliminação do(a) candidato(a).



DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

1. Conforme a doutrina e a jurisprudência dominante sobre os crimes contra a fé pública, assinale a alternativa CORRETA:

- A. O reconhecimento de firma em documento ideologicamente falso, por Tabelião que não tinha ciência da falsidade, impede a responsabilização deste por Falsidade Ideológica, mas o sujeita ao crime de Certidão ou Atestado Ideologicamente Falso, se houver dolo.
- B. O crime de uso de documento falso (Art. 304 do CP) não é absorvido pelo crime de falsificação de documento público (Art. 297 do CP) quando praticados pelo mesmo agente.
- C. A falsidade ideológica (Art. 299 do CP) pressupõe que a forma do documento seja verdadeira, mas seu conteúdo seja falso, inserindo-se informação falsa ou diversa da que deveria constar.
- D. Para a consumação do crime de Falsificação de Documento Público, é indispensável que o documento falsificado seja efetivamente utilizado e que a conduta gere um prejuízo patrimonial à vítima.

2. A respeito do instituto do Concurso de Crimes (Art. 69 e seguintes do CP), e com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a opção CORRETA:

- A. No concurso formal de crimes, em regra, aplica-se o sistema da exasperação da pena (a pena mais grave é aumentada de 1/6 a 1/2), exceto se a soma das penas isoladamente consideradas for mais benéfica ao réu, caso em que se aplica o cúmulo material (Concurso Material Benéfico).
- B. É cabível o reconhecimento da continuidade delitiva (Art. 71 do CP) entre crimes de roubo majorado e de extorsão

qualificada, por serem delitos de espécies diferentes, ainda que praticados nas mesmas condições de tempo, lugar, modo de execução e com unidade de desígnios.

C. O criminoso habitual, aquele que faz do crime seu meio de vida, pode ter reconhecida a figura do crime continuado, mas apenas o concurso material.

D. Não se aplica a regra da continuidade delitiva aos crimes dolosos contra vítimas diferentes, ainda que haja violência ou grave ameaça (continuidade delitiva específica).

3. Quanto ao arrependimento eficaz e à desistência voluntária, institutos de Direito Penal que excluem a punibilidade da tentativa, é CORRETO afirmar que:

- A. O agente que desiste voluntariamente ou se arrepende eficazmente tem a punibilidade do crime que pretendia consumar totalmente extinta, não respondendo por nenhum ato praticado, em razão da ponte de ouro.
- B. O arrependimento eficaz ocorre quando o agente, após esgotar todos os meios executórios de que dispunha, impede a produção do resultado, respondendo pela tentativa do crime.
- C. Ambos os institutos pressupõem a voluntariedade da conduta do agente em não consumar o crime, mas a desistência ocorre durante a execução, e o arrependimento, após o esgotamento dos atos executórios.

D. Na desistência voluntária, o agente não consuma o crime por circunstâncias alheias à sua vontade, respondendo apenas pelos atos já praticados.

4. A Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade) estabeleceu requisitos

específicos para a caracterização dos crimes nela previstos. Sobre o tema, é CORRETO afirmar:

- A. Para a configuração de qualquer crime de abuso de autoridade, é indispensável que o agente atue com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou por mero capricho ou satisfação pessoal.
- B. A pena de multa nos crimes de abuso de autoridade é cominada de forma cumulativa com a pena privativa de liberdade, não podendo ser substituída por penas restritivas de direitos.
- C. O crime de abuso de autoridade é de ação penal pública condicionada à representação do ofendido, sendo o inquérito policial imprescindível para a sua apuração.
- D. As divergências na interpretação da lei ou na avaliação de fatos e provas configuram o dolo específico exigido, desde que o ato praticado tenha causado grave prejuízo à vítima.

5. Em relação à aplicação da Lei Penal no tempo (Art. 2º do CP), analise as proposições a seguir, considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ):

- I. A lei posterior que de qualquer modo favorecer o agente (novatio legis in mellius) aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença transitada em julgado.
- II. A lei posterior que de qualquer modo prejudicar o agente (novatio legis in pejus) é irretroativa, sendo aplicada apenas aos fatos posteriores à sua vigência, mesmo que em relação a crime permanente ou

continuado, desde que a prática criminosa tenha se iniciado antes da lei nova.

III. A Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime) que modificou o prazo prescricional do Art. 109 do Código Penal, por se tratar de norma de direito penal material mais gravosa, não pode retroagir, ainda que favorável ao réu.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- A. I, apenas.
- B. I e II.
- C. I e III.
- D. I, II e III.

6. A Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime) instituiu o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), modificando, também, regras sobre o Inquérito Policial e o Juiz das Garantias. A respeito dessas alterações, é CORRETO afirmar:

- A. O ANPP deve ser proposto pelo Ministério Público para infrações penais cometidas sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 2 anos.
- B. A formalização do ANPP implica confissão do agente, que passa a ser considerada prova irrefutável de culpa em eventual ação penal posterior, caso o acordo seja descumprido.
- C. O Juiz das Garantias é competente para o controle da legalidade da investigação criminal e para a salvaguarda dos direitos individuais, mas sua competência cessa com o recebimento da denúncia ou queixa, momento em que os autos são enviados ao Juiz da Instrução e Julgamento.
- D. Na hipótese de arquivamento de Inquérito Policial, o controle jurisdicional do

arquivamento será exercido pelo Juiz das Garantias, que poderá determinar diligências, ainda que não requeridas pelo MP.

7. No que concerne à Prova e às Nulidades no Processo Penal, assinale a assertiva CORRETA, à luz do Código de Processo Penal e da Jurisprudência dos Tribunais Superiores (STF/STJ):

A. O reconhecimento da nulidade relativa deve ser alegado pela parte interessada em momento oportuno, e seu reconhecimento independe da demonstração do efetivo prejuízo para a defesa.

B. A 'doutrina dos frutos da árvore envenenada' (fruits of the poisonous tree doctrine) possui aplicação absoluta no ordenamento jurídico brasileiro, o que implica que toda e qualquer prova obtida por derivação será sempre considerada inadmissível no processo penal, não havendo hipótese de convalidação ou afastamento de sua ilicitude por nexo causal atenuado ou descoberta inevitável.

C. As nulidades absolutas, por atingirem a ordem pública, podem ser declaradas a qualquer tempo e grau de jurisdição, inclusive após o trânsito em julgado, sendo dispensada a demonstração do prejuízo para o reconhecimento.

D. A falta de defesa técnica por advogado é nulidade relativa, sendo sanável se a ausência de prejuízo for demonstrada.

8. Sobre a Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha) e os crimes praticados em contexto de violência doméstica e familiar, assinale a opção CORRETA, conforme o entendimento consolidado do STJ e do STF:

A. O Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) é aplicável aos crimes praticados com violência doméstica e familiar, desde que a pena mínima cominada não exceda 4 anos e o crime não tenha sido cometido com violência ou grave ameaça.

B. A incidência da Lei Maria da Penha não depende da prova da coabitação entre autor e vítima, bastando que a violência seja cometida em razão da relação íntima de afeto.

C. O Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher tem competência concorrente com o Juizado Especial Criminal, podendo o crime de lesão corporal leve (Art. 129, §9º do CP), quando praticado mediante violência doméstica, ser submetido aos institutos despenalizadores da Lei n. 9.099/95, como a transação penal.

D. O crime de lesão corporal leve praticado no contexto da Lei Maria da Penha tem ação penal pública condicionada à representação da vítima, sendo a retratação admitida até o recebimento da denúncia perante o Juiz da Garantias.

9. Sobre o instituto da Prescrição, causa de extinção da punibilidade, analise as proposições à luz das alterações trazidas pela Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime):

I. A prescrição retroativa não pode mais ser regulada pela pena aplicada na sentença se entre a data do fato e o recebimento da denúncia ou da queixa tiver decorrido lapso temporal superior ao prazo prescricional, uma vez que a Lei 13.964/2019 revogou o Art. 110, §1º, do CP.

II. A Lei 13.964/2019 incluiu novas causas de impedimento e suspensão do prazo

prescricional, como o cumprimento de Acordo de Não Persecução Penal (ANPP). progressão é o cumprimento de 16% da pena.

III. O Art. 115 do CP, que estabelece a redução dos prazos prescpcionais pela metade se o agente for menor de 21 anos na data do fato ou maior de 70 anos na data da sentença, foi revogado pela Lei 13.964/2019 no tocante aos maiores de 70 anos, por ser considerado norma *in pejus*.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- A. I, II e III.
- B. II, apenas.
- C. II e III.
- D. I e II.

10. Em matéria de Execução Penal e regimes de cumprimento de pena, com ênfase nas alterações trazidas pela Lei de Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/90) e pelo Pacote Anticrime (Lei nº 13.964/2019), assinale a opção que apresenta o requisito objetivo CORRETO para a progressão de regime, em regra:

- A. Para o condenado reincidente, por crime hediondo, com resultado morte, o requisito objetivo para progressão é o cumprimento de 50% da pena, sendo obrigatório o regime inicialmente fechado.
- B. Para o condenado, por crime cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça, que seja primário, o requisito objetivo é o cumprimento de 20%.
- C. Para o condenado reincidente em crime cometido com violência à pessoa ou grave ameaça, é exigido o cumprimento de 25% da pena para a progressão de regime.
- D. Para o condenado primário, por crime cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça, o requisito objetivo para